

Memória Institucional: a Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte

Richardson Santos de Freitas
nanquim@gmail.com

Lorena Tavares de Paula
lorena.ltp@gmail.com

Recebido em: 12/06/25
Aceito em: 26/04/26

Resumo

A Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte foi inaugurada em 7 de fevereiro de 1991 com o objetivo de promover o incentivo à leitura, explorando o potencial criativo e crítico da literatura e das artes, trazendo uma visão cidadã e de respeito à diversidade. Este artigo explora quais foram as condições históricas que permitiram a fundação desta biblioteca voltada ao público infantil e juvenil na capital de Minas Gerais, através de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Para esse registro de memória institucional foi feita uma revisão bibliográfica, uma análise historiográfica e um estudo documental dos ofícios e projetos encontrados no Arquivo Público de Belo Horizonte para se recontar a história da biblioteca e compreender o fenômeno social de sua criação. Essa trajetória trará o papel social da biblioteca na memória, mediação e identidade social da cidade ao se tornar um espaço dedicado às práticas de promoção da leitura, pesquisa, fomento e difusão da cultura destinados às crianças e jovens, com alcance ao público adulto, como educadores e profissionais envolvidos na produção para esse segmento.

Palavras-Chave: biblioteca pública; biblioteca pública infantil e juvenil de Belo Horizonte; memória institucional.

Institutional Memory: The Children's and Youth Public Library of Belo Horizonte

Abstract

The Children's and Youth Public Library of Belo Horizonte was inaugurated on February 7, 1991, with the aim of promoting reading encouragement by exploring the creative and critical potential of literature and the arts, fostering a civic perspective and respect for diversity. This article explores the historical conditions that enabled the founding of this library dedicated to children and young people in the capital of Minas Gerais, through an exploratory study with a qualitative approach. To document this institutional memory, a literature review, historiographic analysis, and documentary study of official correspondence and project files from the Public Archives of Belo Horizonte were conducted to retell the library's history and understand the social phenomenon of its creation. This trajectory highlights the library's social role



in the memory, mediation, and social identity of the city, as it became a space dedicated to reading promotion, research, cultural development, and dissemination aimed at children and youth, while also reaching an adult audience, such as educators and professionals involved in the production for this segment.

Keywords: public library; the children's and youth public library of Belo Horizonte; institutional memory.

1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo de ser fundada, Belo Horizonte já possuía uma biblioteca pública, criada em 1894 pela Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais. Após a cidade ser oficialmente inaugurada, a Biblioteca Municipal Pública foi entregue à administração da cidade. Essa biblioteca ganhou sede nova em 1916, funcionando junto ao Conselho Deliberativo Municipal. Entretanto, a Biblioteca Pública passou a sofrer com o descaso e foi literalmente jogada fora pelo Conselho Deliberativo em 1963, tendo todo o seu acervo despejado no Parque Municipal. A Prefeitura então incorporou os exemplares descartados ao acervo de uma biblioteca escolar e essa biblioteca pública deixou de existir.

Em 1977 houve uma tentativa de se criar novamente uma biblioteca municipal, mas voltada para o público infantil e juvenil. A Biblioteca Pública Infanto-Juvenil João-de-Barro virou lei, mas não saiu do papel. Somente em 1989, quando a Prefeitura de Belo Horizonte criou a Secretaria Municipal de Cultura, a ideia voltou a ser cogitada. No ano seguinte, a secretária Berenice Menegale encomenda à professora Maria Antonieta Antunes Cunha um projeto para a criação da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte, inaugurada em 7 de fevereiro de 1991.

Este artigo propõe fazer uma contextualização histórica do surgimento da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte, com o objetivo de fazer um registro de sua memória institucional, através de documentos encontrados em ofícios oficiais, projetos de sua criação, notícias e matérias. Essa trajetória objetiva apresentar o papel social da biblioteca na memória, mediação e identidade social da cidade ao se tornar um espaço dedicado às práticas de promoção da leitura, pesquisa, fomento e difusão da cultura destinados às crianças e jovens, com alcance ao público adulto, como educadores e profissionais envolvidos na produção para esse segmento.

2 METODOLOGIA

Este artigo apresenta a trajetória histórica que permitiu a fundação da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte (BPIJ-BH), através de uma pesquisa exploratória que usa a abordagem qualitativa para compreender o fenômeno social de sua criação. Gil (2002, p. 41) define que uma pesquisa exploratória tem o objetivo de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Para isso, foi feito um estudo de caso, que segundo Marconi e Lakatos (2018, p. 305), refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo, reunindo grande número de informações detalhadas para compreender, situar e descrever a complexidade do fato que é o objeto de estudo.

A técnica de pesquisa utilizada é a documental, consultando como fontes primárias os documentos, projetos, ofícios e peças gráficas do Arquivo Público de Belo Horizonte. Como fontes secundárias, fez-se a consulta das revistas Ler-O-Lero e Releitura, que foram digitalizadas e estão disponíveis no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte; e uma pesquisa na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais para localizar notícias sobre a biblioteca. Além disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a história da Biblioteca

Pública Municipal, a evolução da pasta da Cultura dentro da estrutura da Prefeitura e o surgimento do Centro de Referência da Juventude.

Este trabalho de levantamento da memória institucional, que tem como “[...] objetivo primordial assegurar a preservação e a transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição, através daquilo que é produzidos pelos indivíduos que a instituem e suas relações com a sociedade” (Cavalcante, Sales e Guerra, p. 4, 2024). Utilizou-se a análise historiográfica para investigar os fatos e eventos da criação da BPIJ-BH através do conhecimento das causas e dos efeitos dos fenômenos sociais. “O método histórico oferece ainda a possibilidade de análise da organização das sociedades e das instituições, permitindo-nos apreender a dinâmica histórica de sua evolução, sua transformação e seu desaparecimento” (Fachin, 2017, p. 38).

3 MEMÓRIA, BIBLIOTECA PÚBLICA E O ÓRGÃO GESTOR DA CULTURA

Como teorizado por Maurice Halbwachs, a memória é uma construção social do passado que ocorre no contexto social, histórico, econômico e cultural do presente. Para ele, os quadros sociais influenciam os indivíduos e a forma como eles lembram o passado, moldados de acordo com os fatores do espaço, do tempo e dos atores envolvidos:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (Halbwachs, 1990, p. 26).

[...] desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu (Halbwachs, 1990, p. 29).

Sendo assim, uma das formas desta construção social da memória e sua capacidade transformadora está nas bibliotecas. Segundo Silveira (2010, p.73), “[...] a memória não pode ser considerada como uma evocação literal do passado, mas antes, uma reaproximação, ou melhor uma recriação do vivido”. Sendo assim, a biblioteca pública surge como lugar de memória, “[...] ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e saberes concebidos pela ação racional dos homens” (Silveira, 2010, p.78-79).

Para uma biblioteca ser classificada como pública, esta unidade informacional precisa ser mantida e gerenciada por um ente do poder público da esfera nacional, estadual ou municipal. Esse equipamento público tem como diretriz democratizar e universalizar o acesso à informação e à cultura através da disponibilização de serviços gratuitos que priorizem as necessidades das comunidades a que ela atende. Documento de referência, o Manifesto da IFLA/UNESCO de 1994 ressalta que as bibliotecas públicas devem ter participação na construção e desenvolvimento da democracia, dando a essas unidades o papel de porta de acesso local ao conhecimento, fornecendo “as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais” (IFLA, 1994). Esse acesso deve ser livre e sem limites, tornando a biblioteca um importante meio da promoção da paz e do bem estar social. Os serviços devem ser baseados na igualdade de acesso, independente da condição social, sem fazer a distinção de idade, sexo, raça, religião ou nacionalidade.

A Biblioteca Pública Municipal de Belo Horizonte foi fundada em 1894 pela Comissão Construtora da Nova Capital. Após Belo Horizonte ser oficialmente inaugurada, em 12 de dezembro de 1897, essa biblioteca foi entregue à administração da nova capital de Minas Gerais. Segundo Brettas (2004, p. 66), a biblioteca foi regulamentada em 1904 como órgão da Prefeitura

através de portaria que, devido a especificidade jurídica da época, tinha uma gestão compartilhada entre Prefeitura e Governo do Estado de Minas Gerais. Somente em 1944, a biblioteca passa a ser subordinada ao Serviço de Cultura.

A princípio, essa segunda opção seria mais coerente com as atividades exercidas pela Biblioteca, que eram o desenvolvimento, a organização e a disponibilização de um acervo que refletia diversas culturas de diversas regiões. Além disso, tanto aquelas atividades quanto o acervo poderiam contribuir para a formação de uma cultura própria de Belo Horizonte (Brettas, 2004, p. 70-71).

Depois de várias mudanças e reestruturações, a Biblioteca Pública Municipal foi perdendo autonomia e a falta de investimento deixou o seu acervo desatualizado. A biblioteca funcionava desde 1916 no edifício localizado na Rua da Bahia, n. 1.149, esquina com a Avenida Augusto de Lima, onde compartilhava espaço com o Conselho Deliberativo Municipal. Brettas (2004, p. 152) informa que havia o interesse dos membros do conselho em retirar a biblioteca do edifício para que os políticos ocupassem todo o espaço. Em 1963, a presidência do Conselho Deliberativo ordenou o despejo, jogando fora todo o acervo no Parque Municipal. Diante disso, a Prefeitura tomou a decisão de recolher e transferir os 30 mil livros para o Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis (IMACO). Sendo assim, a biblioteca municipal deixou de ser pública, mudando sua tipologia para biblioteca escolar, posteriormente sendo excluída definitivamente da estrutura administrativa. As críticas à atitude do despejo foram amenizadas na época por conta da instalação da Biblioteca Pública de Minas Gerais, de gestão do Estado, que funcionava desde 1954 com maior investimento e que absorveu a demanda dos leitores.

Em 1977 houve uma tentativa de se criar a Biblioteca Pública Infante-Juvenil. O prefeito da época, Luis Verano, publicou a Lei 2.746 (Belo Horizonte, Lei [...], 1977) que instituiu a biblioteca dentro do organograma da Prefeitura, a nomeava de Biblioteca João-de-Barro e informava que seu acervo seria formado principalmente por doações de pessoas físicas, entidades públicas e privadas. Porém, essa lei nunca saiu do papel.

O órgão da Prefeitura de Belo Horizonte responsável por gerir as ações culturais da cidade também demorou a se consolidar. A Cultura surge inicialmente incorporada a outras pastas da administração pública. Somente a partir de 1989 é que a Cultura ganha independência. No primeiro ano de gestão do prefeito Pimenta da Veiga é criada a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Até a década de 1980 a cidade não tinha organizado sua política cultural. Barros (2012, p. 89) detalha que a criação da Secretaria tinha como característica “o momento de grande efervescência e de mobilização da sociedade civil organizada, que pressionava o poder público, exigindo a ampliação dos espaços de debate, principalmente quando se tratava de temas e assuntos até então excluídos das agendas públicas”. Esse movimento exigia, entre outras coisas, políticas voltadas para a cultura, além de “[...] um processo de reorganização das instituições públicas para o desempenho de novas ações compatíveis com o regime democrático e com as definições da Constituição Federal do Brasil de 1998” (Barros, 2012, p. 92). Nesse sentido,

[...] a institucionalização de um órgão específico foi significativa, [...], possibilitou não só políticas de acesso aos bens culturais, mas a manutenção de uma programação contínua e de diálogo com os desejos e práticas da comunidade, bem como abriu espaço para que a população local atuasse efetivamente não apenas como público (Oliveira Junior, 2018, p. 212).

Berenice Menegale foi escalada para ser a primeira secretária de Cultura. Logo depois que tomou posse, Menegale trabalhou na implementação de novos projetos que marcassem a gestão dessa nova pasta. Ela estava preocupada que a capital de Minas Gerais não possuía uma

biblioteca municipal, então fez um convite para que Maria Antonieta Antunes Cunha desenvolvesse um projeto de criação da nova biblioteca vinculada ao município.

Cunha era professora dos cursos de Pós-Graduação da Escola de Biblioteconomia e Faculdade de Letras da UFMG. Em 1979, a professora já defendia em seu artigo “Educação e Lazer” a importância da literatura infantil e juvenil como atividades de lazer de necessidade básica, indispensável à saúde mental e física. Fazendo um panorama sobre as escolas e o papel da biblioteca escolar no desenvolvimento da leitura, a autora afirma que:

Acreditamos que o principal motivo de a leitura não vingar como lazer é ela ser “trabalhada” na escola. Lá, a leitura é apenas um elemento a mais do procurado desenvolvimento da área cognitiva. A literatura não é explorada enquanto arte, mas enquanto material verbal utilizável para possibilitar ao aluno adquirir mais conhecimento (Cunha, 1979, p. 128).

Com o sinal verde da Secretaria Municipal de Cultura, Cunha passou a trabalhar na viabilização da criação de uma biblioteca especializada no público infantil e juvenil.

4 A BIBLIOTECA PÚBLICA INFANTIL E JUVENIL DE BELO HORIZONTE

4.1 PROJETANDO A BPIJ-BH

O projeto da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte (BPIJ-BH) começou a ser construído em 1990. Cunha elaborou um detalhado documento contendo a justificativa e os objetivos para a implantação da biblioteca, que defendia ser um espaço que privilegia o livro e as manifestações artísticas na formação de um pensamento crítico, inclusive em uma época onde os meios de comunicação de massa tendem “[...] à superficialidade e padronização do conhecimento e do comportamento [...]” (Belo Horizonte, Projeto [...], 1990, p. 4), sendo o livro uma forma concreta de estimular a independência e a reflexão, em um país marcado por grandes injustiças sociais e pela manipulação da informação. Por isso, Cunha defendia que “Um lugar privilegiado da democracia, até por ser o grande repositório de idéias - idéias de todos os tipos, experiências de todos os povos, sonhos de todos os humanos - esse lugar pode ser a biblioteca” (Belo Horizonte, Projeto [...], 1990, p. 5). Para responder o porquê de uma biblioteca pública, a autora destacou que, apesar do Brasil ser reconhecido por sua importante produção de literatura infantil e juvenil, as práticas de promoção de leitura para essa faixa etária eram poucas, com escassas atividades que priorizavam a questão. Isto era detectado como um problema porque a promoção da leitura é um instrumento fundamental para a formação de hábitos de leitura, que são criados principalmente na infância, e que não estavam sendo estimulados nem pelas famílias, nem pelas escolas.

Diversas capitais do país, apesar de que nem todas possuem um serviço atrativo, possuíam suas bibliotecas especializadas para crianças e jovens. Cunha apontava no projeto o atraso de Minas Gerais nesse setor. Por isso, o propósito da instalação da BPIJ-BH seria se tornar um laboratório de práticas de promoção de leitura no âmbito da produção cultural que tirasse Belo Horizonte desse atraso:

O objetivo mais amplo da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte será colaborar decisivamente para a formação do indivíduo consciente e criativo, com uma visão exata de sua cidadania, criada também nem espaço que lhe permita entrar em contacto com as idéias mais divergentes, refletir sobre elas e colocar-se pessoalmente diante delas (Belo Horizonte, Projeto [...], 1990, p. 15).

Entre os objetivos específicos (Belo Horizonte, Projeto [...], 1990, p. 16), estavam listados a disposição de um acervo de livros e de documentos variados e atualizados, que



pudesse desenvolver nos leitores o interesse pela arte e pela informação, estimular as habilidades para a pesquisa, além de promover atividades culturais diversas. Visava se tornar uma referência na formação, na reflexão e no estudo sobre a produção cultural. Projetava a criação de um centro de documentação, desenvolver um trabalho de avaliação e seleção de obras, dar subsídios para programas editoriais e fazer uma política pública em parceria com profissionais que atuam junto ao seu público alvo.

Uma das condições para o sucesso do projeto estava na seleção de pessoal qualificado, contando com um quadro de profissionais que entendiam a relevância da iniciativa, com uma estabilidade que permitiria a continuidade da programação. O perfil girava em torno de servidores da própria Prefeitura e de quadros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) formados em Biblioteconomia, Pedagogia, Comunicação e Artes (principalmente os especializados em Literatura). Depois de ter escrito o projeto, Cunha fez um convite para os profissionais do Conselho Regional de Biblioteconomia de Minas Gerais, da Escola de Biblioteconomia da UFMG e da Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais para a apresentação do Sistema de Bibliotecas Públicas Municipais. Em agosto, aconteceu um seminário para apresentação da iniciativa para profissionais que tivessem interesse em integrar a equipe da biblioteca:

Com muito material sobre o assunto, muitas discussões acumuladas com especialistas brasileiros e estrangeiros e uma convicção inabalável de que espaços de leitura adequados a crianças e adolescentes são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade leitora, dediquei-me durante dois meses a criar um projeto que fosse ao mesmo tempo completo e exequível, para um espaço convidativo e sem ostentação. Mais importante era apostar na qualidade dos serviços prestados, na seleção de pessoal, com perfil adequado para cada um de seus setores (Cunha, p. 4, 1994).

Paulo Botas, assessor da Secretaria de Cultura da Bahia, veio à Belo Horizonte para dar consultoria e discutir com a equipe da Secretaria as diretrizes para a criação da biblioteca. Segundo o ofício deste convite, Botas disse que “as bibliotecas são o núcleo de irradiação cultural, que garantem a abertura das pessoas para o mundo e para o conhecimento” (Belo Horizonte, Ofício, 1990a, p. 1). Botas recomendou que, para garantir a qualidade do acervo, que a aquisição ficasse sob os cuidados dos órgãos públicos. Outro ponto destacado foi uma mudança editorial para contemplar edições de caráter documental sobre a história, o patrimônio arquitetônico e ambiental da cidade. Apontou o estímulo à diversificação de assuntos, títulos e abordagens que visavam atender os interesses da pluralidade da comunidade da região onde a biblioteca estava inserida.

Outro ofício da Secretaria Municipal de Cultura, intitulado “Justificativa”, aborda que as administrações municipais passadas usavam o símbolo gráfico do joão-de-barro, motivo da denominação da Biblioteca Pública Infante-Juvenil João-de-Barro, da lei de 1997 que não foi implantada. Por isso, seria injustificável manter o nome, sendo mais adequado nomear Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte. A escolha do novo nome também passava pela questão da adjetivação:

Além disso, a adjetivação “infante-juvenil” não deve ser adotada, por representar uma conceituação ultrapassada, constituindo uma ambiguidade, uma impropriedade. O jovem não se sente incluído. A biblioteca, como projeto atualizado, implementando-se em 1990, deverá ser designada como infantil e juvenil, deixando-se claro, desde sua denominação, que conterà espaços distintos e adequados aos tipos diferenciados de público que serão atingidos (Belo Horizonte, Ofício, 1990b, p. 1).

O projeto foi apresentado à Secretária de Cultura e ao prefeito Eduardo Azeredo¹, e recebeu aprovação para dar prosseguimento à sua implantação. Após os trâmites burocráticos, a BPIJ-BH estava pronta para começar a funcionar em 1991.

4.2 PRIMEIRA SEDE DA BPIJ: RUA CARANGOLA

O local escolhido para o funcionamento da BPIJ-BH foi o antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), localizada na Rua Carangola, 288, Bairro Santo Antônio, Regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Criada em 1939, a FAFICH foi incorporada pela Universidade de Minas Gerais em 1945 (UFMG, [s.d.]). Em 1970, a faculdade ganha uma biblioteca universitária de Ciência Política, localizada no térreo do prédio. Com a construção da nova sede no Campus Pampulha em 1990, a faculdade foi transferida. Com a mudança, o prédio passou a ser ocupado pela Prefeitura de Belo Horizonte, sendo instalada a Secretaria de Educação e a Escola Municipal Arthur Versiani Velloso.

A BPIJ-BH escolheu estrategicamente a estrutura da antiga da biblioteca universitária da FAFICH para funcionar em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. “Instalada num prédio com grande contingente escolar, a Biblioteca deverá atender também a essa população” (Belo Horizonte, Projeto, 1990c, p. 18). Havia a vontade de viabilizar o funcionamento nos finais de semana para ligar as atividades da Biblioteca ao lazer. O local ganhou “espaço adaptado, acervo, equipamentos, móveis especiais e pessoal qualificado [...]” (Cunha, 1994, p. 4-5). A estrutura tinha aproximadamente 500 m² e uma sala de recepção de 70 m².

4.3 INAUGURAÇÃO DA BPIJ-BH

Inaugurada em 7 de fevereiro de 1991, a BPIJ-BH fazia parte da estrutura administrativa das Unidades Externas da Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de Belo Horizonte, regulamentada pela Lei n. 6.292 de 23 de dezembro de 1992 (Belo Horizonte, Lei [...] 1992). No organograma, a biblioteca estava organizada em torno de uma Direção, que gerenciava o Serviço de Coordenação Técnico-Administrativa, com Seção de Apoio Administrativo e Seção de Apoio Técnico; e o Serviço de Extensão Cultural e Editoração, com Seção de Documentação e Seção de Pesquisa e Seleção.

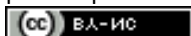
A BPIJ-BH iniciou suas atividades com “[...] cerca de 8 mil livros infantis e juvenis para quem quiser ler” (Ler-O-Lero, v.1, 1991, p. 5), além de brinquedos e fitas de vídeos. Em sua programação de abertura, contou com a presença do prefeito de Belo Horizonte Eduardo Azeredo, a apresentação da peça “O Grande Circo Brasil” do Grupo de Teatro da BPIJ-BH, entrevista com o professor Affonso Romano de Sant’Anna sobre os planos da Biblioteca Nacional e a apresentação do Grupo Teatral Patati-Patatá (Belo Horizonte, Convite, 1991).

O Serviço de Extensão Cultural e Editoração lançou em 1991 a revista Ler-O-Lero, voltada para o público infantil e juvenil, trazendo brincadeiras, caça-palavra, histórias, contos, dicas de livros, reportagens, entrevistas com autores e divulgação da programação da BPIJ-BH. Uma segunda publicação era a revista Releitura, direcionada para os profissionais que trabalhavam e refletiam sobre a leitura e literatura para esse público.

Para complementar o acervo da BPIJ-BH, em 9 de maio de 1992 foi implementada a sua gibiteca. A coleção de histórias em quadrinhos foi uma doação da Biblioteca Nacional de Histórias em Quadrinhos, do colecionador Antônio Roque Gobbo. O acréscimo da coleção foi noticiado no jornal Estado de Minas, onde a matéria ressalta que:

Este mês elas terão um motivo a mais para frequentar a biblioteca. É que o colecionador Antônio Roque Gobbo doou ao local cerca de oito mil volumes

¹ O prefeito Pimenta da Veiga havia renunciado ao cargo de prefeito de Belo Horizonte no início de 1990 para disputar o Governo de Minas Gerais, assumindo Eduardo Azeredo.



de revistas em quadrinhos, proporcionando a possibilidade de formação de uma “gibiteca” que reúne desde as aventuras de Mandrake, Fantasma e Flash Gordon, até as histórias de Bolinha e Luluzinha. Estes gibis não podem ser emprestados. Em compensação estão disponíveis para todos os interessados que queiram consultá-los para estudos ou apenas para se divertir com os personagens (Biblioteca ..., 1992, p. 23).

Barbosa (1994, p. 10-13) destaca os principais serviços prestados aos leitores, como a Sala de Leitura, Sala Vovô Felício, Gibiteca e Sala do Pré-Leitor onde “[...] todos os documentos (livros, revistas, jogos, gibis, fitas de vídeos, etc.) são arranjados de maneira descontraída e atrativa para um público especial: crianças e jovens, num primeiro plano, e para adultos também”. Os leitores poderiam pegar até três livros emprestados. Uma brinquedoteca foi implementada. A BPIJ-BH realizava atividades culturais variadas como oficinas, cursos, palestras, hora do conto, teatro, exposições e exibições de filmes. A biblioteca recebia visita agendada de escolas, creches e outras instituições.

4.4 MUDANÇAS DE SEDE

A BPIJ-BH funcionou durante 25 anos na sede da Rua Carangola. Porém, um movimento social surgido na área da política pública para as juventudes trouxe mudanças para a biblioteca. Foi no Conselho Municipal de Juventude, criado em 1998, “[...] onde é discutido pela primeira vez o Centro de Referência das Juventudes (CRJ) no âmbito das políticas públicas de Belo Horizonte” (Neves, 2017, p. 15). Em 2008, o CRJ foi incorporado ao Plano de Governo do prefeito Márcio Lacerda. Somente em 2012 se dá início à construção da edificação. O local escolhido foi o espaço de 5.800 m² na área central da cidade, localizado na Rua Guaicurus, n. 50, ao lado da Praça da Estação. Entretanto, após sua inauguração simbólica em 2015, o CRJ foi mantido vazio e fechado. Neves (2017) conta que, somente após uma ocupação liderada por jovens, acontecida em maio de 2016, a administração pública providenciou um projeto de intervenção emergencial para dar início às atividades.

Desde o início do projeto base do CRJ, havia uma previsão de instalação de uma biblioteca para atender seus usuários. No projeto de intervenção emergencial, surgem os primeiros registros de parcerias entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Fundação Municipal de Cultura² para programações artísticas e culturais. O que era uma parceria de programação, evoluiu para a ocupação de um espaço dentro do CRJ, que funcionaria como nova sede da BPIJ-BH. Em 1 de agosto de 2016, a transferência é feita, passando a biblioteca a atender na região central de Belo Horizonte.

A BPIJ-BH atualmente faz parte do organograma da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, que hierarquicamente está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. Ela integra a rede de bibliotecas da Fundação, trabalhando em conjunto com mais 21 outras bibliotecas. É a maior biblioteca desta rede, com um acervo de cerca de 26 mil exemplares, tendo cerca de 23 mil exemplares catalogados (Belo Horizonte, Estatística [...], 2025a), mais 3 mil revistas em quadrinhos do acervo especial não catalogados. Ela é segunda maior biblioteca pública da cidade, ficando atrás apenas da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais com 500 mil exemplares³.

² Em 2005, houve uma reforma administrativa onde foi extinta a Secretaria Municipal de Cultura e criada a Fundação Municipal de Cultura para gerir projetos e recursos da Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. Em 2017, a Secretaria Municipal de Cultura voltou a ser recriada, passando a Fundação a ser vinculada a essa secretaria.

³ Sobre nós. Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/sobre-nos/>. Acesso em: 02 abr. 2025.



Na adaptação da mudança de sede, a BPIJ-BH passou por problemas de falta de estrutura adequada no CRJ. Essa condição levou os servidores tornarem públicos uma moção (Servidores, 2018) que denunciava o roubo de acervo, adoecimento dos funcionários, as condições precárias de funcionamento e reivindicavam uma sede própria para a biblioteca. Depois a biblioteca ganhou divisórias, câmeras de segurança e vigilante que possibilitaram a melhoria do funcionamento.

Em 2024, a BPIJ-BH teve um acesso ao equipamento cultural total de 10.296 pessoas, representando um aumento em relação a 2023, com 9.333 acessos (Quadro 1). A SMC possui uma padronização para contabilizar esse público com a finalidade de registrar a quantidade “incluindo todos os usuários que acessaram o equipamento cultural, independente de uso de serviços e de atividades na programação, incluindo, portanto, o público que se apropria do espaço para convivência, contemplação, passeio” (Belo Horizonte, Estatísticas [...], 2025b).

Quadro 1 - Público da BPIJ-BH - 2023-2024

Acesso à BPIJ-BH		
Mês	2023	2024
Janeiro	713	852
Fevereiro	263	545
Marco	759	592
Abril	391	1137
Mai	1198	677
Junho	778	1007
Julho	1080	1055
Agosto	1274	793
Setembro	669	696
Outubro	936	1020
Novembro	582	1380
Dezembro	690	542
TOTAL	9333	10.296

Fonte: Estatísticas BPIJ-BH. 3 abr. 2025. (Belo Horizonte, Estatísticas [...], 2025b)

Nas categorias de atividades, estão apresentações artísticas, lançamentos, exposições, palestras, visitas mediadas, oficinas, saraus, visitas técnicas e clube de leitura, totalizando 207 atividades em 2023, subindo para 303 em 2024 (Quadro 2). Esse acréscimo de quase 100 atividades representou também quase o dobro de público, passando de 4.666 para 8.569 pessoas. Esclarecendo-se também que a SMC entende “atendimento” diferente de “público/pessoa atendido/a”, porque “uma mesma pessoa pode acessar a biblioteca uma, duas vezes e participar de várias atividades no espaço no mesmo dia ou em dias diferentes” (Belo Horizonte, Estatísticas [...], 2025b). Como não há um controle por CPF, até mesmo pela natureza do equipamento cultural, não há essa contabilização individual das pessoas que acessam o espaço mais de uma vez por mês.

Quadro 2 - Atividades e público da BPIJ-BH - 2023-2024

Categorias de atividades da BPIJ-BH	Atividades		Público	
	2023	2024	2023	2024
Apresentação artística	5	24	113	680
Lançamento	11	10	570	501
Exposição	4	4	1.760	4.299

Palestra	2	3	26	56
Visita mediada	10	28	339	828
Oficina	173	220	1.829	2.096
Sarau	0	2	0	15
Visita Técnica	2	3	29	33
Clube de leitura	0	9	0	61
TOTAL	207	303	4.666	8.569

Fonte: Estatísticas BPIJ-BH. 3 abr. 2025. (Belo Horizonte, Estatísticas [...], 2025b)

Esse aumento de público também impactou os serviços de referência e informação da BPIJ-BH, aumentando de 9.333 atendimentos em 2023 para 10.296. Os empréstimos subiram de 5.777 para 6.522. O cadastramento, de 559 para 707 novos leitores (Quadro 3).

Quadro 3 - Serviços de referência da BPIJ-BH - 2023-2024

Serviços	2023	2024
Serviço de Referência e Informação	9.333	10.296
Empréstimo	5.777	6.522
Novos leitores	559	707

Fonte: Estatísticas BPIJ-BH. 3 abr. 2025. (Belo Horizonte, Estatísticas [...], 2025b)

Passados nove anos de atuação no CRJ, a BPIJ-BH em 2025 ganhará uma nova sede, que irá garantir uma maior independência e melhor infraestrutura para suas coleções e atividades. A biblioteca ocupará o saguão do prédio da Secretaria Municipal da Fazenda, na Rua Espírito Santos, n. 605, também no Centro da cidade. O anúncio da transferência foi debatido na Reunião da Comissão Local de Cultura da BPIJ-BH, realizada no dia 10 de janeiro de 2025, nas dependências da biblioteca. As obras de reforma e adaptação começaram e a previsão é que no segundo semestre de 2025 ocorra a transferência.

5 CONCLUSÃO

A criação de uma biblioteca pública municipal, antes da inauguração da cidade de Belo Horizonte, demonstra a importância dos projetos de unidades de informação para a formação cultural de uma sociedade. As bibliotecas “[...] tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis” (Silveira, 2010, p. 79), que disponibiliza experiências comuns através de seus acervos, servindo como um espaço da conservação de um patrimônio intelectual, literário e artístico (Jacob, 2000, p. 9 *apud* Silveira, 2010, p. 79). A biblioteca pública de Belo Horizonte fazia parte de um ideal de desenvolvimento de uma nova identidade de país, que desejava deixar para trás o passado colonialista na construção de uma nação republicana, transferindo a capital de Minas Gerais de Ouro Preto para esta nova cidade planejada. É espantoso constatar a forma desrespeitosa com que o acervo dessa biblioteca foi descartado pelo Conselho Deliberativo Municipal. Não por acaso, esse despejo aconteceu em 1963, onde uma onda autoritária e de censura começou a assolar o Brasil.

As condições históricas que permitiram a refundação de uma biblioteca pública municipal de Belo Horizonte aconteceram logo após o fim da Ditadura Militar - regime autoritário que durou entre 1964 até 1985 - onde a sociedade passou a se organizar e reivindicar maiores investimentos nas áreas sociais e no acesso aos bens culturais. Não por acaso, pela primeira vez a Cultura ganha uma pasta independente na administração pública em 1989 e no ano seguinte se dá início ao projeto de criação da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil. Como existia a Biblioteca Pública de Minas Gerais como referência para os leitores adultos da cidade, a Prefeitura optou por uma instituição que teria como o objetivo tornar-se um “espaço que

privilegia o livro e as manifestações artísticas na formação de um pensamento crítico” (Belo Horizonte, Projeto [...], 1990c, p. 4) voltada para o público infantil e juvenil.

Apesar da importância da BPIJ-BH, em seu trabalho de mais de 33 anos de incentivo ao livro, a leitura e a literatura em Belo Horizonte, no processo de revisão bibliográfica se percebeu raras fontes acadêmicas, no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, que tenha a instituição como objeto principal de estudo. Por esse motivo, a necessidade de consultar o Arquivo Público e fazer uma pesquisa documental para se lembrar a trajetória histórica dessa unidade informacional da capital mineira.

Tem-se a noção que a memória institucional traz dados sob o ponto de vista de documentos oficiais. A “[...] memória e esquecimento têm tudo a ver também com a construção da autoimagem de grupos, culturas e nações” (Seligmann-Silva, 2022, p. 16) porque somos animais sociais, mas que é necessário também se desconstruir uma visão de instituições e elitizada através de uma “virada testemunhal do saber histórico”, dando espaço para narrativas, corpos e depoimentos que trazem novos olhares para a instituição. Por isso, a BPIJ-BH, sendo a segunda maior biblioteca de Belo Horizonte, e a maior da Rede de Bibliotecas da Fundação Municipal de Cultura, ainda tem muito potencial de pesquisas a ser explorado. Espero que este artigo possa ser o ponto de partida para estimular outras pesquisas que estudem e ampliem as perspectivas acadêmicas dessa biblioteca pública dedicada às crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Reni Tiago Pinheiro. Um Jeito Novo de Ler. **Releitura**, v. 6. Belo Horizonte, out./ nov./ dez. 1994. p. 10-13.

BARROS, Lizziane Melo. **Centros Culturais Municipais e a política de “descentralização” cultural em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/CiencSociais_BarrosLM_1.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

BELO HORIZONTE. **Convite**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Público, Fundo: FMC, Subfundo: Gabinete, cx. 3, cod. AP. 10.00.00, TX/AD.01/MO.03/EP.16/PR.04, gr: 509-623, 1991.

BELO HORIZONTE. **Estatística Geral do Acervo BPIJ-BH**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 3 abr. 2025a.

BELO HORIZONTE. **Estatísticas BPIJ-BH**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 3 abr. 2025b.

BELO HORIZONTE. Lei 2.746, de 14 de junho de 1977. Cria biblioteca pública infanto-juvenil e dá outras providências. Belo Horizonte: **Diário Oficial do Município**, 14 jun. 1977. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mdkic>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BELO HORIZONTE. Lei n. 6.292, de 23 dezembro de 1992. Altera a estrutura organizacional da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte prevista na Lei n. 5562, de 31 de maio de 1989, e em suas alterações posteriores, e dá outras providências. Belo Horizonte: **Diário Oficial do Município**, 23 dez. 1992. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1992/629/6292/lei-ordinaria-n-6292-1992-altera-a-estrutura-organizacional-da-administracao-direta-da->



[prefeitura-municipal-de-belo-horizonte-prevista-na-lei-n-5562-de-31-de-maio-de-1989-e-em-suas-alteracoes-posteriores-e-da-outras-providencias](#). Acesso em 14 out. 2024.

BELO HORIZONTE. **Ofício**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Público, Fundo: FMC, Subfundo: Gabinete, cx. 219, cod. AP. 03.00.00, TX/AD.01/MO.12/EP.87/PR.06, gr: 1398, 1990a.

BELO HORIZONTE. **Ofício**: Justificativa. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Público, Fundo: FMC, Subfundo: Gabinete, cx. 219, cod. AP. 03.00.00, TX/AD.01/MO.12/EP.87/PR.06, gr: 1398, 1990b.

BELO HORIZONTE. **Projeto**: Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Público, Fundo: FMC, Subfundo: Gabinete, cx. 219, cod. AP. 03.00.00, TX/AD.01/MO.12/EP.87/PR.06, gr: 1398, 1990c. BIBLIOTECA infanto-juvenil da PBH atrai grande público. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 maio 1992, p. 23.

BRETTAS, Aline Pinheiro. **A sociedade Literária de Belo Horizonte**: um legado cultural da Biblioteca Municipal. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VALA-692NH8/1/mestrado_aline_pinheiro_brettas.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

CAVALCANTE, Lídia Eugênia; SALES, Odete Máyra Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. p. 1–23. DOI: 10.1590/1808-5245.30.137828. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/137828>. Acesso em: 2 maio. 2025.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Educação e Lazer. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 8, n. 2, Belo Horizonte, set. 1979, p. 117-130. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36260>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Projeto de Criação da BPIJBH. **Releitura**, v. 6. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, out. nov. dez. 1994. p. 4-5.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2025.

Ler-O-Lero, v.1, Belo Horizonte: Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, out. nov. 1991.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NEVES, Laura Bastos Pimenta. **Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte (CRJ BH): um projeto de intervenção elaborado para, com ou pelas juventudes? Que diferença faz?** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/55070/1/Monografia%20Especializa%C3%A7%C3%A3o%20CECAPS_POR%20LauraBastosPimentaNeves_ORIENTADORA%20ClariceLib%C3%A2nio.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

OLIVEIRA JUNIOR, José. Desafios do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte/MG: por uma política cultural de interesse público. *In*: BARROS, José Márcio; COSTA, Kátia. (Orgs.) **Planos municipais de cultura: reflexões e experiências**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2019/09/planos_municipais.pdf#page=209.99. Acesso em: 4 abr. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. São Paulo: UNICAMP, 2022.

SERVIDORES - Cultura BH. **Moção em defesa da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte - BPIJ**. Belo Horizonte, 16 ago. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/culturabhfmcc/photos/a.446606348766698/1851844944909491/?type=3&ref=embed_post. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 67-86, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36123>. Acesso em: 24 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **História**. Belo Horizonte: FAFICH, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/a-faculdade/historia/#:~:text=A%20Fafich%20atravessou%20os%20anos,campus%20da%20UFMG%2C%20na%20Pampulha>. Acesso em: 27 mar. 2024